## INAUGURAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO ACESSO AO PORTO DE PESCAS DE VILA FRANCA DO CAMPO

## Vila Franca do Campo, 24 de junho de 2019

## Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Estamos aqui, em primeiro lugar, a dar conta do cumprimento de um compromisso que foi assumido no sentido de resolver uma situação que urgia para melhorar as acessibilidades aqui ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo. Esta melhoria de acessibilidades tem um efeito e tem consequências a vários níveis.

Tem consequências, desde logo, naquilo que tem a ver com o acesso a uma infraestrutura como é porto de pescas, naquilo que tem a ver com o facilitar da mobilidade e das acessibilidades a uma indústria que tem a importância que tem neste concelho e que tem também a importância que tem na nossa Região.

Mas também um conjunto de efeitos que se estendem para além deste concreto espaço, naquilo que tem a ver com a qualificação das acessibilidades e da mobilidade em toda a Vila Franca do Campo, na medida em que, com a construção deste acesso, é possível direcionar e retirar de circuitos que podemos considerar nobres aqui desta vila o trânsito que serve o setor das pescas e que permite também a facilidade de acesso à via rápida, por ter essa mobilidade e esse acesso bastante melhorado.

Estamos a falar de um investimento de cerca de 2,2 milhões de euros que se concretiza em circunstâncias particulares, que têm a ver, obviamente, com o facto de, no âmbito do atual Quadro Comunitário de Apoio, a intervenção em estradas ter sido considerada pelo Governo português da altura, que negociou este quadro, como uma prioridade negativa e, portanto, não teria quaisquer verbas de fundos comunitários afetas a este tipo de intervenções.

Fruto de um trabalho que permitiu projetar a nossa realidade de Região Ultraperiférica no domínio dessas negociações, foi possível garantir um montante de fundos na ordem dos 16 milhões de euros, nos quais esta obra se insere, e que tem neste momento já uma taxa de execução, no âmbito de intervenções em estradas, na ordem dos 90%.

Exatamente por via do aproveitamento desta possibilidade que, de forma alguma, esgota aquelas que são as intervenções e as fontes de financiamento que a Região mobiliza para intervenções em estrada, mas, neste caso concreto, interessa ter presente que esta é uma das obras que, por toda a nossa Região, foi possível candidatar dentro deste envelope, digamos assim, dos 16 milhões de euros de fundos comunitários.

Os benefícios que daqui resultam e os efeitos práticos que resultam para aqueles que vivem em Vila Franca, mas também para aqueles que usufruem e utilizam esta infraestrutura é também um exemplo, ou mais um exemplo, de intervenção no domínio das obras públicas que teve por matriz esse critério, de intervenções que beneficiam, que melhoram, que qualificam o nosso espaço e que têm um impacto positivo na vida daqueles que as utilizam, sejam elas as pessoas ou as empresas.

Esta obra é mais um exemplo desta intervenção em termos de obras públicas que, ao longo desta legislatura e também na anterior legislatura, tem uma preocupação muito concreta de poder rentabilizar e mobilizar os nossos recursos para esse objetivo claro e concreto.

Aliás, o volume de investimento em obras públicas desde 2013 até este momento, em obras concluídas ou em curso em todas as ilhas da nossa Região, ascende a cerca de 550 milhões de euros. É um volume significativo. Significativo por aquilo que significa e por aquilo que representa de compromisso com esta melhoria efetiva em estradas, no domínio da educação, da saúde, da agricultura, das pescas, dos transportes, das acessibilidades.

Representa, efetivamente, a concretização deste princípio de dirigir este investimento para aquilo que tem a ver com a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos e a facilitação daquelas outras entidades ou empresas que usufruem desse tipo de intervenção.

Mas há, se quisermos também ter uma abordagem do ponto de vista da importância económica deste setor, duas outras áreas que me parece importante referir neste momento. O significado deste trabalho que tem sido feito no domínio das obras públicas não se esgota apenas naquele que é o investimento direto promovido por parte do Governo Regional. Também tem a ver com o clima de dinamização económica que se vive na nossa Região e que acaba por, não na componente das obras públicas, mas também na componente das obras privadas, ter um impacto significativo nessa área da nossa economia que tem a ver com as empresas de construção civil.

Aliás, alguns números, alguns dos quais ainda recentemente tornados públicos, atestam bem esse dinamismo, por exemplo, a questão relativamente ao número de edifícios licenciados na nossa Região que, em 2018, atingiu o número mais alto dos últimos seis anos. Isso é também sintomático deste ambiente de dinamização económica que, por via indireta, também fruto, mas não só, é certo, daquelas que são as políticas e intervenções que são desenvolvidas pelo Governo Regional acaba por ter efeitos concretos na nossa economia.

Investimento público, dinamização do investimento privado, mas há uma terceira componente que eu gostaria de partilhar convosco e que tem a ver com a forma como, no âmbito deste setor, se entende e encara aqueles que são os desafios presentes e futuros e que tem a ver com uma aposta muito forte no diálogo, na concertação e na criação de parcerias que possam rejuvenescer a forma como aqui na nossa Região também as empresas deste setor encaram, enfrentam e, esperamos nós, vencem aqueles que são os desafios que o futuro coloca à nossa frente.

Temos alguns exemplos desse trabalho de parceria, aliás, a Carta Regional das Obras Públicas é exatamente um dos aspetos. Ancorada em preocupações de previsibilidade, de estabilidade, de segurança, visa criar as condições para que, neste domínio de atividade económica, possamos ter esses valores da previsibilidade, da estabilidade concretizados.

Esta é uma matéria que, da mesma forma que, em 2013, desenvolvemos a Carta Regional das Obras Públicas para um ciclo de programação de fundos comunitários que está neste momento a chegar ao seu termo, pretendemos, no âmbito do novo Quadro Comunitário

de Apoio, atualizar essa aposta, torna-la atual em função quer daqueles investimentos que já foram realizados, quer daqueles investimentos que surgem de novo, fruto do desenvolvimento que temos.

A atualização da Carta Regional das Obras Públicas é uma das matérias que entendemos que, no âmbito do próximo quadro de programação financeira da União Europeia, de fundos comunitários, podemos concretizar para benefício deste setor.

Aliás, a importância deste elemento é particularmente visível em domínios de intervenção que constam na sua atual versão, sejam elas no âmbito da Educação, com intervenções em escolas, recordo, para começar aqui pela ilha de São Miguel, a intervenção na escola da Ribeira Grande, na escola Canto da Maia, mas também intervenções em escolas em outras ilhas, como é o caso da escola da Calheta ou da escola das Lajes do Pico, no domínio da Saúde, no ponto de vista de Centros de Saúde, como é o caso de Ponta Delgada, mas também da Madalena, aqueles que estão a decorrer neste momento, nas Velas e na Calheta, em São Jorge, também em Santa Cruz das Flores, enfim, há em todos os domínios, também da Agricultura, intervenções que se concluíram recentemente ao nível dos matadouros, dos portos de pesca, no domínio das Pescas, há exemplos claros e concretos desses investimentos que foram sendo norteados por essa preocupação de previsibilidade, de concertação e de diálogo, desde logo com a instituição representativa dos empresários deste setor, como é a AICOPA.

Aliás, posso anunciar que, fruto desse trabalho de cooperação, de parceria e de diálogo, iniciar-se-ão no mês de setembro, na Escola Profissional das Capelas, cursos intensivos de formação, nesta fase inicial em três áreas - serralharia, canalizações e carpintaria - que correspondem, aliás, às necessidades que os empresários deste setor elencaram como aquelas que eram mais imediatas e mais urgentes.

Haverá formação intensiva nestas áreas, num trabalho que resulta da parceria com a AICOPA, que resulta também da parceria do Governo Regional, através da Escola de Formação Profissional das Capelas e com o próprio Governo Regional, no domínio do Emprego e da Qualificação Profissional. Esses são cursos intensivos de três meses e que visam dotar e resolver aquilo que a AICOPA nos fez chegar como uma necessidade premente em termos de recursos humanos e que, por essa via, tem aqui uma resposta no sentido de melhor qualificar aqueles que trabalham nessas áreas com o objetivo de também termos um melhor resultado final.

Este é um trabalho que, muitas vezes de forma reservada e silenciosa, se desenvolve todos os dias. Seja no planeamento de investimentos, seja na concretização das condições para que esses investimentos avancem, seja na criação de condições para que, também nesta área, no domínio da construção civil, tenhamos um setor pujante e forte.

Obviamente que todos nós percebemos que, pela própria natureza das coisas, concluída esta obra, como concluída uma escola ou como concluído um centro de saúde, não vamos fazer ao lado desta mais uma estrada, mais uma escola ou mais um centro de saúde, mas acreditamos que é possível e tem sido possível neste domínio desenvolver um trabalho que fortalece, que, em conjunto com aquilo que é a aposta pública e o investimento privado, permite termos também este setor da construção civil dinâmico e que se adequa à realidade do tempo que vivemos e que tem, também por parte do Governo, a atenção

para as qualificações necessárias para que, em termos de mão de obra, possa fazer com que desenvolva o seu papel.

Faço votos para que este investimento sirva de forma cabal os propósitos com que foi assumido e foi concretizado. Dirijo também uma saudação e um agradecimento a todos aqueles que estiveram envolvidos na sua concretização, desde a fase de projeto, fiscalização, aos empreiteiros e às entidades que assumiram esta empreitada e faço votos também que ele possa resultar em benefício do desenvolvimento do concelho de Vila Franca do Campo e, assim sendo, que resulte em benefício da nossa ilha de São Miguel e de toda a nossa Região.

Muito obrigado.